

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	10
Demonstração de resultados	12
Demonstração de resultados abrangentes	13
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	15
Demonstração do Valor Adicionado	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos
Diretores e Acionistas da
COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA – SCGÁS
Florianópolis - SC**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA – SCGÁS (COMPANHIA)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COMPANHIA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores Correspondentes

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 10 de março de 2016, com ressalva quanto ao estudo da vida útil estimada dos bens da concessão reconhecidos no Ativo Intangível, bem como, os reflexos na despesa com amortização dos mesmos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da COMPANHIA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da COMPANHIA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2017.



MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 – S - SP
ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
1CRC RS – 65.932/O-7 – S - SP
Sócia Responsável Técnica

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Balanço patrimonial

em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em Reais)

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	101.114.259	47.895.781
Contas a receber de clientes	4	33.767.457	40.055.234
Tributos a recuperar	8	1.444.571	918.791
Estoques	5	1.974.539	1.942.739
Outras contas a receber	7	910.821	2.046.668
Despesas antecipadas	6	1.669.314	<u>402.173</u>
Total do ativo circulante		140.880.961	93.261.386
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações Financeiras		2.236.951	2.001.452
Contas a receber de clientes	4	100.627.003	80.996.298
Tributos diferidos	9	27.202.272	9.134.959
Tributos a Recuperar	8	539.802	1.138.364
Creditos nas operações de venda e aquisição de gás	10	38.523.740	26.887.333
Depósitos judiciais		<u>1.073.564</u>	<u>1.735.431</u>
		170.203.332	121.893.837
Investimentos		2.400	2.400
Intangíveis	11	<u>198.759.264</u>	<u>208.066.054</u>
		198.761.664	208.068.454
Total do ativo não circulante		368.964.996	329.962.291
Total do ativo		<u>509.845.957</u>	<u>423.223.677</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Balanço patrimonial

em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em Reais)

Passivo	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Circulante			
Fornecedores	12	53.681.879	131.940.618
Empréstimos e financiamentos	15	398.247	128.984
Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar		9.559.933	9.241.749
Tributos a pagar	13	6.543.412	5.001.839
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	14	41.602.607	106.023
Participação nos resultados		4.606.055	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	16	27.590.720	4.016.640
Cauções em garantia		311.656	68.857
Provisão para contingências	17	2.046.786	1.817.104
		<u>146.341.295</u>	<u>152.321.814</u>
Total do passivo circulante			
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	27.058.744	20.201.570
Cauções em garantia		512.973	533.708
		<u>27.571.717</u>	<u>20.735.278</u>
Total do passivo não circulante			
Patrimônio líquido			
	18		
Capital social		152.881.466	121.544.940
Reserva de Lucro		103.093.692	124.178.255
Lucro Acumulado		-	-
Dividendos a disposição da AGO		79.957.787	4.443.390
		<u>335.932.945</u>	<u>250.166.585</u>
Total do patrimônio líquido			
Total do passivo e patrimônio líquido			
		<u>509.845.957</u>	<u>423.223.677</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração de Resultados

Períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Nota	31/12/16	31/12/15
Receita líquida - Venda de gás	19 a	631.143.870	686.441.984
Receita de construção - CPC 17	19 b	20.645.513	28.722.917
		651.789.383	715.164.901
Custo dos produtos vendidos	20	(372.871.141)	(616.899.061)
Custo de construção - CPC 17	19 b	(20.645.513)	(28.722.917)
		(393.516.654)	(645.621.978)
Lucro bruto		258.272.729	69.542.923
Despesas operacionais			
Despesas de vendas		(10.560.210)	(8.709.245)
Despesas administrativas		(29.509.233)	(25.293.464)
Outros resultados operacionais	21	(58.747.197)	(27.469.639)
		(98.816.640)	(61.472.348)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		159.456.089	8.070.575
Receitas financeiras	22	8.462.184	3.368.906
Despesas Financeiras	22	(3.524.995)	(3.343.814)
		4.937.189	25.092
Lucro operacional antes dos impostos		164.393.278	8.095.667
Imposto de renda e contribuição social corrente		(66.289.138)	(9.776.007)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		18.067.314	7.604.860
Lucro Líquido do Exercício		116.171.454	5.924.520
Lucro por ação		10,8072	0,5511

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração de resultados abrangentes

Períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do período	116.171.454	5.924.520
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>116.171.454</u></u>	<u><u>5.924.520</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período findo em 31 de dezembro de 2016

(Em Reais)

	<u>Reservas de lucro</u>				Lucros Acumulados	Dividendos à disposição da AGO	Total
	Capital Social	Legal	Estatutária	Retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	121.544.940	24.308.987	11.695.359	58.967.378	-	29.206.531	245.723.195
Lucro líquido do exercício 01-01-2015 a 31-12-2015	-	-	-	-	5.924.520	-	5.924.520
Destinações							
Dividendo Mínimo Obrigatório	-	-	-	-	(1.481.130)	-	(1.481.130)
Reserva de Retenção de Lucros				9.456.299	-	(9.456.299)	-
Reserva Estatutária			19.750.232	-	-	(19.750.232)	-
Dividendos a Disposição AGO					(4.443.390)	4.443.390	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	121.544.940	24.308.987	31.445.591	68.423.677	-	4.443.390	250.166.585
Aumento de Capital Social	31.336.526			(31.336.526)			-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	116.171.454	-	116.171.454
Destinações							
Reserva Legal		5.808.573			(5.808.573)		-
Reserva Estatutária			4.443.390			(4.443.390)	-
Juros Sobre Capital Próprio					(15.948.120)		(15.948.120)
Imposto de Renda s JSCP					(2.814.374)		(2.814.374)
Dividendos Complementares ao mínimo obrigatório					(11.642.600)	-	(11.642.600)
Dividendos a disposição da AGO					(79.957.787)	79.957.787	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	152.881.466	30.117.560	35.888.981	37.087.151	-	79.957.787	335.932.945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS
 Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	31/12/16	Reclassificado 31/12/15
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	116.171.454	5.924.520
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido		
Amortização	28.759.822	25.520.009
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.108.659	337.878
Constituição provisão para Contingências Passivas	229.682	822.357
Constituição provisão Impairment	52.746.729	23.050.968
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(18.067.314)	(7.604.860)
Atualização Ship or Pay e Variação Cambial Comodity	(37.308.776)	(1.674.415)
Baixa bens do intangível	44.278	-
	<hr/> 143.684.534	<hr/> 46.376.457
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(14.451.587)	(22.681.617)
Tributos a recuperar	342.525	10.346.439
Estoques	(31.800)	(118.904)
Títulos e Valores Mobiliários	(235.499)	(2.001.452)
Creditos nas operações de venda e aquisição de gás - SOP	(27.865.378)	(9.688.318)
Outras contas do ativo	488.435	427.557
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	(77.467.720)	2.493.774
Obrigações tributárias	(1.272.802)	2.079.865
Imposto de renda e contribuição social	41.226.841	106.023
Obrigações sociais e trabalhistas	4.924.239	(866.459)
Outras contas do passivo	342.258	(317.219)
	<hr/> (74.000.488)	<hr/> (20.220.311)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	69.684.046	26.156.146
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao intangível	(19.455.170)	(28.657.918)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(19.455.170)	(28.657.918)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de Dividendos e JSCP	(4.016.640)	(7.650.000)
Obtenção de empréstimos	7.006.242	20.330.382
Caixa consumido nas atividades de financiamento	2.989.602	12.680.382
Aumento (redução) do caixa e equivalentes	53.218.478	10.178.610
Caixa e equivalentes no início do período	47.895.781	37.717.171
Caixa e equivalentes no final do período	101.114.259	47.895.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS
 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
I - RECEITAS	831.227.304	909.833.519
Vendas de gás	806.081.576	875.767.372
Outras receitas	26.254.387	34.404.025
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (Constituição)	(1.108.659)	(337.878)
II - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(538.731.678)	(796.971.938)
Matérias-primas consumidas	(442.929.585)	(725.083.985)
Demais custos dos produtos vendidos	(31.847.255)	(38.885.548)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(63.954.838)	(33.002.405)
III - VALOR ADICIONADO BRUTO (I + II)	292.495.626	112.861.581
IV - RETENÇÕES	(27.389.895)	(24.182.806)
Amortização	(27.389.895)	(24.182.806)
V - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA (III + IV)	265.105.731	88.678.775
VI - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	8.462.183	3.368.906
Receitas financeiras	8.462.183	3.368.906
VII - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (V + VI)	273.567.914	92.047.681
VIII - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	273.567.914	92.047.681
Pessoal:	31.873.896	25.859.788
. Remuneração direta	25.533.764	20.221.793
. Benefícios	4.705.855	4.180.039
. FGTS	1.634.277	1.457.956
Impostos, taxas e contribuições:	114.163.913	49.680.087
. Federais	74.660.385	20.460.139
. Estaduais	39.388.310	29.133.102
. Municipais	115.218	86.846
Remuneração de capitais de terceiros	11.358.651	10.583.286
. Juros	3.524.995	3.343.814
. Aluguéis	7.833.656	7.239.472
Remuneração capitais próprios	116.171.454	5.924.520
. Lucros retidos	116.171.454	5.924.520

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS (“Companhia” ou “SCGÁS”), sociedade de economia mista criada em 25 de fevereiro de 1994 observando autorização dada por meio da Lei nº 8.999/93, possui como objeto a distribuição de gás natural canalizado, com exclusividade, a todo o Estado de Santa Catarina, conforme estabelece a Lei nº 9.493/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do artigo 25 da Constituição Federal.

O contrato de concessão, não oneroso, para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina foi firmado em 28 de março de 1994 com prazo de vigência de 50 (cinquenta) anos, contados a partir dessa data. A Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - ARESC também é responsável por garantir a execução do contrato, regular, controlar e monitorar as operações de distribuição de Gás Natural em Santa Catarina.

Até dezembro de 2016, foram distribuídos pela SCGÁS 616 milhões de metros cúbicos de gás natural¹. A partir das nove (9) unidades denominadas “estações de recebimento-ER”, por meio de 1.118 Km de rede de distribuição.

O efeito positivo da variação cambial e a estabilidade dos preços do petróleo no mercado internacional levaram a uma redução no custo de aquisição do Gás Natural boliviano, contribuindo significativamente para o bom desempenho da SCGAS em 2016.

Em agosto de 2012 a instabilidade no ambiente regulatório motivou a suspensão da aplicação de uma importante política comercial de descontos da Companhia, denominada “Plano de Fidelidade”, que vigorou por mais de uma década. Entretanto, alguns consumidores estão contestando judicialmente a referida suspensão e, com base em liminares, pagam as faturas com a aplicação dos descontos do Plano, depositando o valor controverso em juízo. Até dezembro de 2016 o montante que deixou de entrar no caixa da Companhia totalizou R\$100,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016 o capital circulante líquido da SCGAS foi negativo no valor de R\$5.460.334 frente ao saldo negativo em 2015 de R\$59.060.428. A reversão desta situação em 2016 se deu principalmente pela queda do câmbio reduzindo significativamente o custo do Gás Natural, quando comparado a 2015, e também pela liberação de recursos do BNDES para investimentos realizados na expansão da Rede de Gás Natural. Além disso, a Companhia mantém os valores a receber dos clientes que estão questionando a parcela do Plano de Fidelidade contabilmente classificado no Realizável a longo Prazo. A Diretoria Executiva da SCGAS para reverter a situação de capital circulante líquido implementou algumas ações:

- Renovação de cheque especial junto a Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 30 milhões;

¹As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como metro cúbico ou km, entre outros, não foram revisadas pelos auditores independentes.

- Contratação de linha de crédito Cartão Corporativo no valor de R\$ 10 milhões junto ao Banco do Brasil;
- Contratação em 2015 junto ao BNDES de financiamento para viabilizar os investimentos previstos em orçamento no montante de R\$ 26,8 milhões, sendo os recursos já liberados no final do mesmo ano.;
- Acompanhamento sistemático do orçamento e das projeções do fluxo de caixa.

A SCGAS desde 2008 não passa por revisão da Margem Regulatória e estas dificuldades vivenciadas lançaram o desafio de se construir um ambiente de maturidade técnica no campo da regulação dos serviços concedidos de distribuição de gás em Santa Catarina e em dezembro de 2016 foi publicada a Resolução 073 da ARES. Esta resolução dispõe sobre a criação da conta gráfica, mecanismo de atualização e recuperação das variações do preço do Gás e do Transporte nas tarifas dos serviços de distribuição de gás canalizado em Santa Catarina.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Diretoria de Administração e Finanças da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 03 de fevereiro de 2017.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPCs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 4** - Clientes (PCLD)
- **Nota 11** - Intangíveis

- **Nota 17 - Provisão para contingências**

Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Resultado das operações

O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo observado o princípio da realização da receita e de confrontação das despesas.

(i) Venda de gás

A receita de venda de gás é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de venda de gás é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fruirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita conforme as vendas são reconhecidas.

(ii) Receitas e custos de construção

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que as empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes, por isso é obrigatório registro das receitas e custos de construção.

A SCGÁS não tem a construção de gasodutos como atividade fim, nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para a realização das obras. Desse modo, a construção da Rede de Distribuição de Gás Natural - RDGN, para a SCGÁS, se apresenta integralmente como um custo de alocação de ativos para o cumprimento do contrato de concessão.

Assim, em virtude do descrito acima, a Companhia registra receita de construção, tendo como contrapartida custos de construção no mesmo valor.

b. Instrumentos financeiros não derivativos

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço

patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

a) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na festão das obrigações de curto prazo.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a receber de clientes, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos da dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

c. *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

d. *Intangível*

Contrato de concessão

A Companhia possui com o Estado de Santa Catarina um contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás canalizado, no qual o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados, a que preço, bem como detém o direito a infraestrutura construída pela concessionária ao final da concessão. Por meio desse contrato a concessionária tem o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a vigência do mesmo.

A Companhia reconhece como ativo intangível os valores dispendidos para formação dos ativos reversíveis (infraestrutura), passíveis de recuperação via tarifa, em 10 anos, conforme estipulado no contrato.

Na análise da vida útil estimada de seus ativos intangíveis a Companhia interpretou e considerou, em atendimento as premissas do cálculo tarifário, os seguintes critérios: (i) a base de recuperação dos investimentos na infraestrutura e (ii) manutenção do equilíbrio entre receita e custos da atividade, definindo a amortização pelo prazo de 10 anos, pois representa o consumo do seu benefício econômico e conseqüentemente a vida útil estimada de seu ativo intangível, gerados na formação dos bens reversíveis.

Portanto, 10 anos é o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis, e conseqüentemente, da sua vida útil estimada. Neste sentido a Administração considera que a sua interpretação atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, além de retratar com transparência a aderência das mesmas ao negócio da Companhia.

e. *Demais ativos circulantes e não circulantes*

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias auferidas e a provisão para perdas.

f. *Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do próximo exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente

e diferido e a contribuição social corrente e diferida. O tributo corrente e o diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

O tributo diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

g. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

h. Variação cambial transporte

A variação cambial do transporte de gás do exercício atual é reconhecida no resultado de acordo com a variação cambial do dólar, conforme contrato firmado entre a SCGAS e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

i. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo do estoque inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques, custo de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições.

j. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma empresa paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos

planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com benefícios a empregados, nos exercícios durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições, para um plano de contribuição definida, cujos vencimentos são maiores que 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes.

A SCGAS é um dos patrocinadores do plano de benefícios GASPREV, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros. O plano possui características de contribuição definida com benefícios pagos a partir dos saldos de contas.

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano GASPREV são:

- Aposentadoria normal;
- Aposentadoria antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte; e
- Institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

k. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas àquele ativo ou passivo.

l. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/16	31/12/15
Caixa	10.462	5.671
Bancos conta movimento	40.181	5.497.099
Aplicações Financeiras	100.588.996	42.368.167
Numerários em Transito	474.620	24.844
	<u>101.114.259</u>	<u>47.895.781</u>

O saldo dos bancos conta movimento têm por objetivo o pagamento das faturas de gás natural com vencimento em meses subsequentes.

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Instituição	Tipo de aplicação	Taxa	31/12/16	31/12/15
Banco do Brasil	CDB	94 a 97% CDI	33.892.041	-
Caixa Econômica Federal - Longo Prazo	CDB	99% CDI	2.236.951	2.001.452
Caixa Econômica Federal	CDB Flex	100% CDI	66.696.955	42.368.167
			<u>102.825.947</u>	<u>44.369.619</u>

4 Contas a receber de clientes

	31/12/16	31/12/15
Circulante		
Distribuição de gás canalizado	35.687.190	40.728.922
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.033.752)	(1.925.093)
Parcelamento Clientes	1.299.173	1.670.704
(-)Juros a transcorrer	(185.154)	(419.299)
	<u>33.767.457</u>	<u>40.055.234</u>
Não Circulante		
Distribuição de gás canalizado	100.314.024	79.610.244
Parcelamento Clientes	366.983	1.625.211
(-) Juros a transcorrer	(54.004)	(239.157)
	<u>100.627.003</u>	<u>80.996.298</u>

A seguir apresentam-se as contas a receber em 31 de dezembro de 2016, segregadas pela faixa de idade dos saldos:

	A vencer	< 90 dias	> 90 dias < 180 dias	> 180 dias < 360 dias	> 360 dias	Total
Cientes - Circulante	32.162.170	2.299.467	123.996	977.382	1.423.349	36.986.363
Cientes - Não Circulante	<u>823.518</u>	<u>4.108.491</u>	<u>4.932.847</u>	<u>12.012.416</u>	<u>78.803.736</u>	<u>100.681.006</u>
	<u>32.985.687</u>	<u>6.407.958</u>	<u>5.056.842</u>	<u>12.989.797</u>	<u>80.227.085</u>	<u>137.667.369</u>

(i) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado adequado para recuperação de créditos considerados duvidosos.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.925.093
Provisão constituída no período	1.108.659
Reversão ocorrida no período	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>3.033.752</u>

(ii) Plano de Fidelidade

O valor reclassificado para o ativo não circulante no montante de R\$ 100.314.024 refere-se a títulos a receber de clientes que entraram com ação judicial na Comarca de Florianópolis questionando a suspensão do plano de fidelidade. Tais clientes obtiveram, liminares que concedem o direito de depósito regular em juízo do valor que corresponderia ao referido desconto do plano de fidelidade, que representa em média um percentual de 11,7% da fatura total.

Apesar de haver algumas pequenas diferenças entre decisões liminares, todas elas, sem exceção, condicionaram suas eficácias aos depósitos judiciais para garantir que a SCGÁS receba integralmente os valores controversos e não pagos à Companhia em razão das liminares. Durante os últimos dois anos a SCGÁS assinou renegociação com alguns clientes, sendo que estes retiraram as ações judiciais que moviam contra a SCGÁS referentes a suspensão do Plano de Fidelidade.

Com base no disposto acima, tais valores não foram tratados como inadimplência, e dessa forma não são objetos de PCLD.

5 Estoques

	31/12/16	31/12/15
Estoque de Gás Natural	306.253	314.664
Estoque operação e manutenção	1.668.286	1.628.075
	<u>1.974.539</u>	<u>1.942.739</u>

6 Despesas Antecipadas

	31/12/16	31/12/15
Faixa de Domínio	1.305.716	-
Premio de Seguros	95.905	196.730
IPTU - IPVA	244.640	197.910
Outros	23.053	7.533
	<u>1.669.314</u>	<u>402.173</u>

7 Outras contas a receber

	31/12/16	31/12/15
Adiantamento a fornecedores	106.702	1.436.273
Alienação em curso	11.333	37.470
Devedores diversos	792.786	572.925
	<u>910.821</u>	<u>2.046.668</u>

8 Tributos a recuperar

	31/12/16	31/12/15
Tributos Diferidos - IRPJ e CSLL - ver nota 9	27.202.272	9.134.959
PIS/COFINS Recuperar	286.680	-
ICMS a Recuperar Normal e CIAP	1.157.891	918.791
ICMS a Recuperar - CIAP	539.802	1.138.364
	<u>29.186.644</u>	<u>11.192.114</u>
Circulante	1.444.571	918.791
Não Circulante	27.742.074	10.273.323

9 Tributos diferidos

	31/12/16	31/12/15
Diferenças Temporárias IR e CSLL		
Provisão para contingências passivas	695.907	617.815
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.031.476	654.532
Provisão PLR	0	0
Mudança critério Amortização	(539.154)	(343.452)
Ajustes decorrentes da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09	166.337	273.477
Impairment SOP	25.771.217	7.837.229
Outras Provisões	76.489	95.358
	<u>27.202.272</u>	<u>9.134.959</u>

Os valores de IRPJ e CSLL diferidos a recuperar no montante de R\$166.337 em 31 de dezembro de 2016 (R\$273.477 em 31 de dezembro de 2015) são decorrentes das mudanças previstas na Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, sendo que a sua completa recuperabilidade irá ocorrer até o ano de 2018.

10 Créditos nas operações de venda e aquisição de gás

O montante de R\$38.523.740 (R\$26.887.333 em 31 de dezembro de 2015) refere-se ao pagamento antecipado à Petrobrás da capacidade de transporte paga e não utilizada, conforme Aditivo Contratual de 02 de fevereiro de 2007.

De acordo com o referido contrato, a Companhia possui obrigação mínima de transporte diário de 1.900.000m³. A medição de tal utilização se dá anualmente, sendo que o aditivo supramencionado convencionou o exercício como tendo início no dia 1º de abril e término em 31 de março.

Assim, quando apurada diferença positiva entre a garantia diária e a quantidade de gás efetivamente transportada durante o exercício, a Companhia passa a ter a obrigatoriedade de pagar à Petrobras o valor correspondente a esta diferença.

A quantidade quitada e não transportada poderá ser recuperada nos anos remanescentes do contrato, desde que não ultrapasse o prazo máximo de 10 (dez) anos. Todavia, o baixo crescimento de vendas evidenciado nos últimos períodos e a projeção de transporte de gás prevista até o encerramento do contrato firmado com a Petrobras, implicaram em uma restrição do prazo de recuperação do SOP, já que o vencimento do contrato de suprimento é março de 2020. Consequentemente para atendimento ao CPC 01 (NBC TG 01), a Companhia reconheceu em 2016 uma provisão para perda no montante de R\$52.746.729 (R\$33.894.480 de provisão para perdas e R\$ 18.852.249 referente atualização do saldo do SOP).

O atual cenário de crise econômica vivenciado no País tem levado a uma forte estagnação da economia brasileira e por consequência a elevação do número de desemprego e fechamento de empresas. O setor industrial está sendo um dos mais atingidos pela crise e teve impacto direto na SCGAS pois, representa 84% do volume de Gás Natural comercializado pela Companhia. Em novembro de 2016, a SCGAS ingressou com uma ação de obrigação de fazer com pedido de ressarcimento de nº 0409448-65.2016.8.19.0001, que tramita na 32ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, ajuizada em face da PETROBRAS, com o escopo de impor a observância do disposto nas cláusulas contratuais dos percentuais exigidos a título das garantias de recebimento contratuais (Ship or Pay - SOP), em razão da onerosidade excessiva do contrato firmado entre as partes.

Movimentação do Ship or Pay

Saldo em 31 de dezembro de 2015	26.887.333
(+) Adições	27.865.378
(+) Ajustes Petrobras	-
(+) Atualização	36.517.757
(-) Compensação	-
(-) Impairment SOP	(52.746.729)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	38.523.740

A previsão para início da compensação, segundo estudos efetuados pela Companhia, se apresenta

conforme o quadro abaixo.

Recuperação SOP	Saldo gerado	Saldo a Recuperar	Prazo para recuperação	Saldo não recuperável
Ano - Período	m³	m³	Limite	m³
Ano 8 - Abr07/Mar08	78.055.937	70.206.398	mar/18	70.206.398
Ano 9 - Abr08/Mar09	27.196.549	27.196.549	mar/19	16.472.232
Ano 10 - Abr09/Mar10	43.299.567	43.299.567	mar/20	10.683.319
Ano 11 - Abr10/Mar11	36.187.455	36.187.455	mar/20	36.187.455
Ano 12 - Abr11/Mar12	20.394.065	20.658.247	mar/20	20.658.247
Complementar 2011/2012	264.182			
Ano 13 - Abr12/Mar13	22.170.431	22.170.431	mar/20	22.170.431
Ano 14 - Abr13/Mar14	14.250.342	14.250.342	mar/20	14.250.342
Ano 15 - Abr14/Mar15	34.495.529	34.495.529	mar/20	34.495.529
Ano 16 - Abr15/Mar16	68.174.523	68.174.523	mar/20	68.174.523
Total até Março 2016	344.488.580	336.639.041	Total:	293.298.476

A Companhia efetuou pedido de prorrogação de prazo para fins de recuperação do SOP junto a Petrobras até dezembro de 2020, o qual foi considerado como premissa para o cálculo do valor de impairment provisionado.

11 Intangíveis

	Taxa anual de amortização	31/12/16	31/12/15
Terrenos	-	387.990	387.990
Tubulações	10%	430.732.833	357.411.543
Aparelhos, máquinas e equipamentos	10%	68.630.843	68.789.901
Equipamentos e móveis administrativos	10%	1.594.676	1.580.589
Sistemas e equipamentos de informática	10%	4.581.060	3.992.355
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	682.470	660.997
Sistema de gestão	10%	2.461.685	1.919.762
Software	10%	1.562.121	1.562.121
Intangível a amortizar	-	<u>25.008.630</u>	<u>79.884.018</u>
		535.642.308	516.189.276
(-) Amortização acumulada		<u>(336.883.044)</u>	<u>(308.123.222)</u>
		<u>198.759.264</u>	<u>208.066.054</u>

A movimentação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 se deu como segue:

	Saldo em						Saldo em
	31/12/2015	Adições	Baixas	Devolução estoque	Transferências	Amortização	31/12/2016
Terrenos	387.990	-	-	-	-	-	387.990
Tubulações	112.066.677	-	(571.375)	(3.087)	73.895.752	(26.731.313)	158.656.654
Aparelhos, máquinas e equipamentos	11.980.069	521.561	(754)	(942.337)	262.471	(1.592.594)	10.228.417
Equipamentos e móveis administrativos	411.469	18.143	(4.056)	-	-	(97.568)	327.988
Sistemas e equipamentos de informática	1.709.483	677.694	(88.989)	-	-	(214.923)	2.083.266
Benfeitorias em imóveis de terceiros	347.949	21.473	-	-	-	(54.260)	315.161
Sistema de gestão	912.225	541.923	-	-	-	-	1.454.148
Software	366.175	-	-	-	-	(69.164)	297.011
Intangível a amortizar	<u>79.884.018</u>	<u>19.476.652</u>	<u>(193.816)</u>	<u>-</u>	<u>(74.158.224)</u>	<u>-</u>	<u>25.008.630</u>
	<u>208.066.054</u>	<u>21.257.446</u>	<u>(858.991)</u>	<u>(945.424)</u>	<u>-</u>	<u>(28.759.822)</u>	<u>198.759.264</u>

A Companhia reconhece como intangível o direito de cobrar dos usuários uma tarifa de distribuição em função da infraestrutura para fornecimento de gás, vinculado à prestação do serviço especificado no contrato de concessão de serviços.

A remuneração pela prestação de serviços (tarifa) consiste na combinação de dois componentes: (i) custos e despesas operacionais; e (ii) remuneração do capital investido composto do custo da construção da infraestrutura, cujos reajustes são praticados de modo a refletir as mudanças na estrutura de custo da operação, do impacto dos investimentos em construção e/ou de indicadores de preços ao consumidor, respeitada a fórmula econômica paramétrica definida no respectivo Contrato de Concessão.

A amortização do direito de prestar o serviço de distribuição, segundo o entendimento da administração, está intrinsecamente relacionada ao benefício econômico por ele gerado, relacionado ao cumprimento do contrato de concessão. Em virtude disto e do determinado no Contrato de Concessão para o cálculo da tarifa de distribuição do gás canalizado, a Companhia amortiza os bens de concessão com a taxa de 10% ao ano. Cumpre destacar que o prazo de concessão é de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 28 de março de 1994.

Todos os bens da Companhia, de acordo com o contrato de concessão, serão reversíveis ao poder concedente no término do mesmo, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários à determinação dos montantes do prévio pagamento de indenização devido a Companhia. Em virtude da taxa de amortização utilizadas no término da concessão os ativos já estarão totalmente amortizados. Desta forma, em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não possui valores a receber do poder concedente.

12 Fornecedores

	31/12/16	31/12/15
Fornecedor de Gás - Petrobras	46.876.922	126.381.137
Fornecedores de materiais e serviços	<u>6.804.957</u>	<u>5.559.481</u>
	<u>53.681.879</u>	<u>131.940.618</u>

13 Tributos a pagar

	31/12/16	31/12/15
Cofins a recolher	944.226	1.361.605
Pis a recolher	202.830	294.946
ICMS a recolher	2.370.319	3.139.828
Tributos Retidos Fonte	3.026.037	205.460
	<u>6.543.412</u>	<u>5.001.839</u>

14 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/16	31/12/15
Imposto de renda pessoa jurídica	32.288.688	375.766
Contribuição social sobre o lucro	9.313.919	-
(-) Imposto de renda pessoa jurídica antecipado	-	(194.850)
(-) Contribuição social sobre lucro líquido antecipado	-	(74.893)
	<u>41.602.607</u>	<u>106.023</u>

a. Imposto de renda e contribuição social - Resultado

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	31/12/16	31/12/15
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	164.393.278	8.095.667
<i>Alíquota - %</i>	<i>34%</i>	<i>34%</i>
<i>Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal</i>	(55.893.715)	(2.752.527)
<u>DÉBITOS/CRÉDITOS PERMANENTES</u>		
Incentivos Fiscais	1.941.727	640.600
Juros Sobre Capital Próprio	6.379.248	-
Demais Adições Exclusões Liquidadas	(649.085)	(59.221)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(48.221.824)</u>	<u>(2.171.147)</u>
Corrente	66.289.138	9.776.007
Diferido	(18.067.314)	(7.604.860)
Taxa efetiva - %	<u>29,33%</u>	<u>26,82%</u>

15 Empréstimos e financiamentos

			31/12/16	31/12/15
Tipo	Encargos financeiros	Vencimento	Circulante	Circulante
BNDES 3	2,9% ao ano mais SELIC	16/05/2022	264.857	30.911
BNDES 3	2,9% ao ano mais TJLP	16/05/2022	<u>133.390</u>	<u>98.073</u>
			<u>398.247</u>	<u>128.984</u>
			Não Circulante	Não Circulante
BNDES 3	2,9% ao ano mais SELIC	16/05/2022	13.408.500	10.165.310
BNDES 3	2,9% ao ano mais TJLP	16/05/2022	<u>13.650.244</u>	<u>10.036.260</u>
			<u>27.058.744</u>	<u>20.201.570</u>

Os recursos do financiamento são decorrentes da emissão de 26.070 debentures com valor nominal de R\$ 100,00 e foram utilizado para financiar os investimentos da SCGÁS realizados entre os anos de 2013 a 2015, que contempla a expansão, modernização e adequação da Rede de Distribuição de Gás Natural dentro da área de concessão.

16 Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

A Companhia possui provisionado o montante de R\$27.590.720 (R\$4.016.640 em 2015), referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com o seu estatuto social e Lei 6.404/76. Abaixo segue a memória de cálculo:

Lucro do Exercício	116.171.454
Juros sobre Capital Próprio	15.948.120
Dividendos Propostos	11.642.600
Dividendos Mínimos Obrigatórios - 25%	27.590.720

17 Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos civis, trabalhistas, tributários e outros assuntos que estão sendo discutidos judicialmente. Com base no CPC 25 e na opinião de seus assessores jurídicos, foi constituída provisão para essas contingências no montante de R\$2.046.786 (R\$1.817.104 em 31 de dezembro de 2015) que possuem risco de perda classificado como provável.

Causa	Civil	Trabalhista	Tributária	Total
Provável	142.054	1.904.732	-	2.046.786
Possível	1.143.582	6.581.119	-	7.724.701
Remota	109.251.762	750.500	-	110.002.262
	<u>110.537.398</u>	<u>9.236.351</u>	<u>-</u>	<u>119.773.749</u>

18 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto de 10.749.497 ações, sendo 3.583.167 ações ordinárias e 7.166.330 ações preferenciais (idem em 31 de dezembro de 2015), assim distribuídas:

	Quantidade de ações			% de participação
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc	1.827.415	-	1.827.415	17%
Petrobrás Gás S.A. - Gaspetro	824.128	3.583.165	4.407.293	41%
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	824.128	3.583.165	4.407.293	41%
Infraestrutura de Gás para a Região Sul - Infragás	<u>107.496</u>	<u>-</u>	<u>107.496</u>	<u>1%</u>
	<u>3.583.167</u>	<u>7.166.330</u>	<u>10.749.497</u>	<u>100%</u>

Aos acionistas são garantidos estatutariamente dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária e estatuto social da SCGÁS.

Em fevereiro de 2013, a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina - PGE, representando o Governo do Estado de Santa Catarina e as Centrais Elétricas S.A. - CELESC, entrou com ação de obrigação de fazer cumulada com ressarcimento contra a SCGÁS, Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. e Infragás S.A., questionando dentre outros assuntos, a transferência do controle acionário da SCGÁS e o acordo de acionistas firmado em 1994. Em março de 2013, o juízo de 1º grau concedeu liminar favorável aos autores. Entretanto, as acionistas Mitsui Gás e Gaspetro, em 2ª instância, ingressaram com agravos de instrumento, suspendendo os efeitos de tal liminar. Em dezembro de 2015, foi publicada sentença de mérito em favor dos autores, pelo juízo de 1º grau, tendo os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro apresentado os recursos judiciais cabíveis. Atualmente, os efeitos da sentença encontram-se suspensos até julgamento dos referidos recursos.

a. Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, limitada a 20% do capital social, em conformidade com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em razão do aumento do capital social aprovado em AGE de 29/04/2016 foi reconhecido em 2016 a título de reserva legal o montante de R\$5.808.572,70 valor este que se configura dentro do limite de 20% do capital social.

b. Reserva de retenção de lucros

A constituição de reserva de retenção de lucros destina-se à aplicação em investimentos relacionados com a distribuição de gás natural, previstos em orçamento de capital, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76 (alterado pela Lei nº 10.303/2001).

Com a destinação do lucro líquido do exercício de 2016 nos termos da lei e do Estatuto Social da Companhia, o saldo das reservas de lucros excedeu o valor de capital social, motivo pelo qual, com base no Artigo 199 da Lei 6.404/76, é proposta a aplicação de parte da reserva de retenção de lucros no aumento de capital social, a ser deliberado pelos acionistas em assembleia geral.

c. Reserva estatutária

Em 28 de abril de 2014, via Assembleia Geral Ordinária, realizada a Companhia criou a reserva estatutária destinada a retenção de parcela de lucro não realizado financeiramente decorrente da ação judicial em curso, relativa ao plano de fidelidade, com conseqüente alteração do seu estatuto social. Tal reserva está limitada a 50% do valor do capital social e será realizada quando do trânsito em julgado da referida ação judicial.

19 Receita

a. Receita líquida de vendas

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da Receita bruta estão demonstrados a seguir:

	31/12/16	31/12/15
Receita bruta	806.081.576	875.767.372
Deduções da receita bruta		
Devolução vendas	(52.759)	-
ICMS sobre vendas	(88.447.829)	(97.568.356)
ICMS - ST	(13.084.927)	(11.844.133)
PIS sobre vendas	(13.084.445)	(14.254.732)
COFINS sobre vendas	<u>(60.267.745)</u>	<u>(65.658.167)</u>
Receita Líquida	<u>631.143.870</u>	<u>686.441.984</u>

b. Receitas e custos de construção

	31/12/16	31/12/15
Receita de construção	20.645.513	28.722.917
Custos de Construção	<u>(20.645.513)</u>	<u>(28.722.917)</u>
Receita Operacional Líquida de Construção	-	-

20 Custo dos produtos vendidos

	31/12/16	31/12/15
Custo de Aquisição Gás Natural	326.961.305	576.812.891
Custo de Pessoal	5.133.107	3.683.558
Materiais	1.449.181	943.137
Serviços de Terceiros	6.854.107	6.605.872
Alugueis	5.012.207	4.579.438
Gerais	71.340	91.357
Amortização	<u>27.389.895</u>	<u>24.182.806</u>
	<u>372.871.141</u>	<u>616.899.061</u>

21 Outras receitas/despesas operacionais

	31/12/16	31/12/15
Provisão com Impairmant SOP	(52.746.729)	(23.050.968)
Tributos e Taxas	(4.417.191)	(4.024.197)
Provisão para Contingências Jurídicas	(229.682)	(822.357)
Despesas Legais e Contingenciosas	(1.090.363)	(361.483)
Baixa de Bens	(44.278)	-
Doações Lei Rouanet / Desporto e FIA	(1.570.997)	(156.818)
Outras Receitas	<u>1.352.042</u>	<u>946.184</u>
Outros Resultados Operacionais	<u>(58.747.197)</u>	<u>(27.469.639)</u>

22 Resultado financeiro

	31/12/16	31/12/15
Receitas Aplicações Financeiras	6.596.781	545.006
Juros / Multa Clientes	1.791.397	2.823.900
Outras Receitas Financeiras	74.005	-
Juros e taxas Financiamentos	(2.442.048)	(2.822.870)
Outras Despesas Financeiras	(1.082.946)	(520.944)
Resultado Financeiro	<u>4.937.189</u>	<u>25.092</u>

23 Partes relacionadas

O controle da Companhia é compartilhado entre Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - Celesc, Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda e Infragás S/A.

a. Transações com partes relacionadas

As transações entre as partes relacionadas compreendem os saldos a receber e a pagar decorrentes de operações comerciais de compra e venda de gás natural por empresas pertencentes à Petrobras.

Composição dos saldos	31/12/16	31/12/15
Ativo circulante		
Contas a receber BR Distribuidora	1.205.811	1.374.252
Ativo não circulante		
Adiantamento fornecedor de gás - Petrobras - SOP	38.523.740	26.887.333
Passivo circulante		
Fornecedor de gás - Petrobrás	53.681.879	126.381.137
Reembolso Diretor cedido Petrobrás	2.308.593	2.336.430
Reembolso Diretor cedido Mitsui	2.263.920	2.690.325
Receitas com partes relacionadas		
BR Distribuidora S/A	29.969.331	31.662.257
Compra de Gás Natural		
Petróleo Brasileiro S/A	539.181.950	699.738.605

b. Remuneração - Conselho de administração, fiscal e diretores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores, estão demonstradas a seguir:

	31/12/16	31/12/15
Conselho de administração	157.607	141.631
Conselho fiscal	81.430	84.979
Diretores	1.103.178	1.387.486
	<u>1.342.216</u>	<u>1.614.096</u>

24 Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando análises periódicas dos saldos em aberto, bem como cobranças nos casos necessários. Cumpre destacar que em se tratando das contas a receber de clientes o risco de crédito é baixo devido à pulverização da carteira.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais. O não repasse dos aumentos do custo de aquisição do gás natural para a tarifa de venda, devido a instabilidade regulatória, tem reduzido a liquidez da empresa. Para se proteger a SCGÁS avalia alternativas junto a instituições financeiras e já possui contrato de crédito rotativo junto à Caixa Econômica Federal, na modalidade Cheque Especial Caixa - Setor Público, no montante de R\$ 30 milhões e Cartão Corporativo junto ao Banco do

Brasil no montante de R\$10 milhões. Além disso, para financiar os investimentos foi assinado um contrato de financiamento de longo prazo, junto ao BNDES no valor de R\$ 26,8 Milhões.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e têm impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(i) Risco de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco cambial no contrato de compra de Gás Natural firmado com o fornecedor Petrobras. Em decorrência do comportamento do câmbio até dezembro de 2016 este risco foi reconhecido no resultado na composição do custo do gás no montante de R\$ 4,3 milhões. A Companhia não utiliza contratos de derivativos para fazer frente a este risco, visto que tais valores, de acordo com o Contrato de Concessão, devem ser repassados ao consumidor quando da revisão tarifária, o que, conforme já mencionado, não está sendo observado pela Agência Reguladora. Se tal situação permanecer, a Companhia deverá estudar a possibilidade de acionar instrumentos de cobertura do risco cambial.

(ii) Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não se utiliza de contratos de derivativos para fazer frente a este risco.

(iii) Risco Regulatório

A Companhia passou o exercício social de 2016 sem a revisão da Margem Regulatória pela ARESO o que vem se configurando um momento de instabilidade regulatória, embora a administração não tenha medido esforços no sentido de, junto a Agência Reguladora do Estado de Santa Catarina - ARESO, para dar transparência ao cumprimento do Contrato de Concessão. A Companhia espera a conclusão por parte da ARESO do Processo Administrativo 026/09-3 que trata sobre o assunto. As dificuldades vivenciadas lançaram o desafio de se construir um ambiente de maturidade técnica no campo da regulação dos serviços concedidos de distribuição de gás em Santa Catarina e em dezembro de 2016 foi publicada a Resolução 073 da ARESO. Esta resolução dispõe sobre o mecanismo de o que se denomina “conta gráfica” de atualização e recuperação das variações do preço do Gás e do Transporte nas tarifas dos serviços de distribuição de gás canalizado em Santa Catarina.

Durante o exercício social 2016 a volatilidade do câmbio contribuiu para a redução significativo no custo de aquisição do GN, principalmente pela variação cambial da parcela do transporte e a queda do preço do Petróleo no mercado internacional.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possui qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

	31/12/16	31/12/15
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Ativos		
Caixa e Equivalente de Caixa	101.114.259	47.895.781
Contas Receber Clientes	134.394.460	121.051.532
Passivos		
Fornecedores	53.681.879	131.940.618
Financiamentos	27.456.991	20.330.554

Análise de sensibilidade

A Companhia adota políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros. As aplicações financeiras da Companhia são, principalmente, mantidas em operações vinculadas aos juros do CDI, conforme descrito na nota nº 3. As taxas de juros do mercado são monitoradas com o objetivo de assegurar a melhor rentabilidade das aplicações financeiras e para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Abaixo estão demonstrados os montantes sujeitos a tais riscos e análise de cenários:

Descrição	Montante Exposto	Indicador	
Aplicações Financeiras	102.825.947	CDI	14,25%
Adiantamento a Fornecedores	38.523.740	m ³	R\$ 0,10
Empréstimos e Financiamentos	13.673.357	SELIC	14,25%
Empréstimos e Financiamentos	13.783.634	TJLP	6,50%

Taxas	Cenário Provável	Cenário Possível (25%)	Cenário remoto (50%)
CDI - 14,25%	14.333.932	17.917.415	21.500.898
Valor do m ³ GN - 0,10	-	4.815.468	5.778.561
Empréstimos e financiamentos BNDES - SELIC	1.948.453	2.435.567	2.922.680
Empréstimos e financiamentos BNDES - TJLP	895.936	1.119.920	1.343.904

* * *